



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE ARTICULAÇÃO E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
SBS QUADRA 2 – BLOCO F – EDIFÍCIO FNDE – 1º ANDAR - CEP 70.070-929
TEL: (61) 2022-5230/5277

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 16/2014

Ônibus Rural Escolar e Ônibus Urbano Escolar Acessível

Data: 28/11/2014

Local: Auditório do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, SBS Quadra 02 – Bloco F – Edifício FNDE – 1º Subsolo – Brasília/DF.

Objetivo: A Audiência Pública se destina a esclarecer aos interessados os principais aspectos dos processos de aquisições públicas e levantar subsídios para definição de especificações técnicas de **Ônibus Rural Escolar e Ônibus Urbano Escolar Acessível**, com a finalidade de atender estudantes da educação básica das redes públicas de ensino nos Municípios, Estados e Distrito Federal. A gravação, a lista de presença dos participantes, as apresentações do Registro de Preços Nacional, das Especificações Técnicas Preliminares e as apresentações dos Projetos de Protótipos para o Ônibus Urbano Escolar Acessível com Piso Baixo pelas empresas VOLARE, MAN LATIN (VW) e NEOBUS & IVECO estão disponíveis no Portal de Compras do FNDE <http://www.fnde.gov.br/portaldecompras/index.php/editais/audiencias-publicas/audiencia-publicas-2014/item/1017-audiencia-publica-n-16-2014-onibus-rural-escolar-e-onibus-urbano-escolar-acessivel> e nos Processos Administrativos nº 23034.009370/2014-24 (Ônibus Rural Escolar) e nº 23034.008481/2014-13 (Ônibus Urbano Escolar Acessível do FNDE) para consulta dos interessados.

Desenvolvimento: O Presidente do FNDE, Romeu Caputo, fez a abertura da audiência pública, agradecendo a presença dos participantes, lembrando a importância do Programa Caminho da Escola e a visão atual do FNDE-MEC de mantê-lo, mesmo que o ano de 2015 esteja previsto como um ano de redução de custos e ajuste fiscal para o governo. Lembrou que o Programa existe há sete anos, sempre em contínua melhoria e sendo um dos principais programas do FNDE-MEC. Em seguida, passou a presidência da audiência para a Diretora de Administração, Leilane Mendes Barradas, que após se apresentar, agradeceu a presença de todos e enfatizou a importância da realização da audiência pública pela oportunidade de esclarecer todo o processo licitatório realizado pelo FNDE, aprimorando, assim, as especificações técnicas dos produtos objetos dos pregões, pela qual o FNDE, juntamente com o mercado uniriam as contribuições apresentadas no decorrer da audiência, e outras que seriam enviadas para o e-mail diarp@fnde.gov.br até o dia 11 de dezembro de 2014, referente ao ônibus urbano escolar acessível e até o dia 28/12/2014 ao ônibus rural escolar. A Presidente esclareceu que a audiência contaria com a

participação do técnico do INMETRO Marcos Barradas, informou que o FNDE na sua missão estratégica tem a responsabilidade de prestar assistência técnica e financeira aos entes federados e abordou a nova sistemática de compras da Autarquia. Apresentou os procedimentos adotados no Registro de Preços Nacional, discorrendo sobre a finalidade de cada processo (Demanda, 1ª Proposta de Especificação Padronizada, Estudo de Mercado, Audiência Pública, Pregão Eletrônico, Utilização pelos Municípios, Estados, Instituições Federais e Distrito Federal, e por fim, o Controle de Qualidade), conforme apresentação disponibilizada no Portal de Compras do FNDE. Enalteceu que os participantes do Registro de Preços Nacional são o órgão gerenciador que é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, responsável pela análise dos pedidos de aquisição, encaminhamento ao fornecedor e autorização para aquisição, bem como pelos demais procedimentos relacionados ao gerenciamento da Ata. O fornecedor é o licitante classificado em 1º lugar no pregão eletrônico para registro de preços, responsável pelo fornecimento do quantitativo registrado na ata de registro de preços, de acordo com os contratos firmados, em conformidade com as especificações e o controle de qualidade descritos no edital da licitação operacionalizada por meio do SIGARPWEB, que estabelece as seguintes relações jurídicas: com o FNDE, em relação à execução da ata de registro de preços e com a entidade interessada, em relação aos contratos firmados. E, os órgãos participantes de compras nacionais são os órgãos ou entidades da administração pública que, em razão de participação em programa ou projeto federal, é contemplado no registro de preços independente de manifestação formal. Com esse conceito inovador, trazido pelo Decreto nº 8.250/2014, elimina-se a figura do “carona” no Registro de Preços Nacional. Ela citou ainda, a importância do Controle de Qualidade por ser uma etapa inovadora nos processos de compras do FNDE, tendo três etapas a cumprir, sendo a 1ª Etapa do Controle de Qualidade a avaliação de protótipo/amostras que consiste em verificar a conformidade do produto em relação ao Edital do FNDE antes da homologação da licitação; a 2ª Etapa o monitoramento da produção que consiste na avaliação do produto no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços, podendo ser por meio de visitas técnicas, apresentação de certificados, relatórios e pesquisa de satisfação junto aos contratantes e a 3ª etapa o monitoramento de uso e conservação, com a utilização do manual de instruções que deve acompanhar cada produto, informando ao FNDE qualquer descumprimento por parte do fornecedor em relação à marca, preço e cor do produto recebido. Antes da apresentação técnica preliminar, o Coordenador Geral de Manutenção Escolar, José Maria Rodrigues de Souza, passou a palavra ao senhor Marcos Barradas, do INMETRO, que apresentou uma lista com propostas de aperfeiçoamento, com vistas melhorar a segurança, qualidade, conforto dos passageiros e manutenção dos veículos, frisando que os temas ainda serão discutidos e avaliados a possibilidade de implantação: 1) Pára-brisa bipartido; 2) Climatizadores (nas escotilhas) para o ORE, tendo em vista que anteriormente seria pouco recomendável utilizar aparelho de ar condicionado, devido à dificuldade de realizar manutenção periódica em algumas regiões do Brasil. 3) Plaqueta para selo fora do para-brisa (colada). 4) Nova estampa dos tecidos das cadeiras. 5) Degrau retrátil. 6) Monitor de TV. 7) Ancoragem de colete torácico seja feita internamente e não externamente como é utilizado hoje. 8) Modificar carga útil em alguns dos modelos do Ônibus Rural Escolar. 9)

Melhorar requisitos sobre a suspensão. 10) Porta de serviço nos dois lados para o Ônibus Urbano Escolar Acessível e para o Ônibus Rural Escolar avaliar se o momento dessa alteração deve ser agora. 11) Possível avaliação anual de pós-entrega dos Ônibus a ser definido com o FNDE. Dando continuidade, o Coordenador Geral, Senhor José Maria, apresentou as especificações técnicas preliminares dos modelos de Ônibus Rural Escolar e Ônibus Urbano Escolar Acessível e solicitou aos presentes que as perguntas e respostas seriam realizadas após cada apresentação (que em função da complexidade da discussão e/ou do volume de informações, estarão disponíveis para consulta no vídeo da audiência anexado no Portal de Compras). Iniciou informando a demanda efetiva de estudantes da rede pública de ensino, baseada no Censo Escolar 2012 – Transporte Escolar: a Educação Básica 8,7 milhões de alunos, sendo 4 milhões de alunos urbanos; o Transporte Escolar Aquaviário 545 mil alunos. Salientou que a audiência abordaria os modelos Ônibus Rural Escolar ORE 1, ORE 2, ORE 3 e ORE 4X4 e o Ônibus Urbano Escolar Acessível com Plataforma Elevatória que as especificações técnicas seriam mantidas pelo Termo de Referência dos Pregões Eletrônicos nºs 63/2013 e 29/2013, respectivamente. Quanto ao Ônibus Urbano Escolar Acessível com Piso Baixo, o modelo novo a ser registrado no Programa Caminho da Escola será de pequeno porte. O ônibus urbano escolar acessível deve ser equipado com plataforma elevatória veicular e ter planta do habitáculo flexível que possibilite a instalação de 1 (uma) a 4 (quatro) áreas reservadas (box) para a acomodação da cadeira de rodas com o seu ocupante ou cão guia, conforme ABNT NBR 15.570 (item 37), ABNT NBR 14022 e suas atualizações. Com referência às especificações dos ônibus escolar rural e urbano acessível, a empresa Caio propôs a alteração da referência de Resolução Contran 316/2009 para Resolução Contran 445/2013; acrescentar que o compartimento para a guarda da roda sobressalente, deve possuir um dispositivo, tipo lençol de borracha, para proteção do pára-choque durante o procedimento de retirada da roda sobressalente; acrescentar iluminação na caixa de baterias; alterar no item Porta de Serviço e Degraus, que a vedação deve ocorrer com a utilização de dispositivo tipo “vassoura” (material não sintético) nas suas extremidades superior e inferior, e com dispositivo tipo borracha entre as folhas da porta de serviço; alterar no item pára-brisa e janelas, que as janelas devem possuir barra de proteção nos vidros fixos. Também sugeriu alterar a tolerância da largura interna mínima dos veículos ORE 2 e ORE 3 de + 5% para $\pm 5\%$; e com relação ao ônibus urbano escolar acessível, sugeriu eliminar o protetor metálico do tanque de combustível, por ser item específico do ônibus escolar rural; bem como acrescentar que no piso do primeiro degrau devem ser instalados 2 (dois) drenos para escoamento de água, com o seguinte texto: “exceto se a plataforma elevatória veicular cujo mecanismo de operação da abertura e fechamento da porta possibilite a drenagem”; e no item Janelas de Emergência, acrescentar para as capas de proteção dos martelos quebra-vidro o termo “transparentes”. A empresa Mercedes-Benz do Brasil sugeriu solicitar ao Denatran que as notas fiscais dos ônibus escolares passem a ter uma validade de 60 dias para transitar da fábrica até o cliente e que pedidos de um mesmo cliente acima de 20 unidades prazo adicional de 30 dias e acima de 50 unidades mais 60 dias dos prazos estabelecidos no edital. A empresa Volare propôs que a porta de serviço do veículo rural escolar deve ser posicionada atrás do eixo dianteiro (direcional), o mais próximo possível deste, com 250mm

de distância máxima até as caixas de rodas dianteiras. Sugeriu também eliminar a indicação de pneus direcionais e travivos em relação ao sistema de suspensão e rodagem; permitir a instalação da “vassoura” nas partes superiores e inferiores da porta de serviço; incluir a exceção da obrigatoriedade do deslocamento lateral da poltrona do condutor quando não existir capô do motor no posto de comando; e eliminar o item apoio para acomodação dos pés das poltronas dos estudantes do veículo ONUREA. As empresas VOLARE, MAN LATIN (VW) e NEOBUS & IVECO apresentaram Projetos de Protótipos, de acordo com as especificações sugeridas pelo FNDE em 2012. A empresa VOLARE relacionou os pontos relevantes do projeto: piso baixo, acessibilidade facilitada; utilização para até três cadeirantes; preferencialmente portas dos dois lados; tração traseira e alto índice de componentes nacionais, e apresentou dois modelos de ônibus um com 7,3m (até 3 boxes para cadeirantes) e outro com 8,9m (até 5 boxes para cadeirantes), rampas com inclinação entre 335 e 215 mm. A empresa MAN LATIN apresentou um modelo a ser produzido de acordo com os seguintes pontos: condições de segurança, conforto, acessibilidade e mobilidade aos seus condutores e usuários, independentemente da idade, estatura e condição física ou sensorial; disponibilidade de até 03 (três) áreas reservadas para cadeira de rodas ou deficientes visuais acompanhados de cão guia (ângulo de rampa 360 mm); portas com larguras acessíveis em ambos os lados do veículo facilitando embarque e desembarque com segurança; veículo com aproximadamente 7 metros de comprimento; veículo de configuração tipo piso baixo; sistema de bloqueio de portas - libera a abertura das portas com o veículo parado e a partida do mesmo, desde que as portas estejam fechadas; cintos de segurança em todas as poltronas e possibilidade de instalação de equipamentos de ar condicionado. Por último, as empresas NEOBUS & IVECO apresentaram as seguintes propostas: ônibus com opções de 1, 2 ou 3 box para cadeirantes; com portas em um ou nos dois lados; eliminação da restrição do PBT mínimo (oito toneladas), por considerarem que essa exigência restringe a concorrência; redução do torque mínimo para 450 Nm, para garantir a ampla concorrência; eliminação da obrigatoriedade de suspensão mista ou pneumática em um dos eixos, deixando a critério do fornecedor definir o tipo mais adequado ao veículo produzido; sistema de freio a critério do fornecedor, observada a legislação aplicável; comprimento total do Ônibus Urbano Escolar Acessível com Piso Baixo de 7 metros com tolerância de 10% (em vez de 5%), visando a um melhor aproveitamento do espaço interno e melhor otimização de lugares (até 22 lugares) sem comprometer o conforto; largura mínima do ônibus de 2.100m com tolerância de 3%; inclinação máxima da rampa conforme ABNT NBR 15646. A empresa Mercedes-Benz do Brasil sugeriu piso baixo que o passe para 7.400 mais 5%, bem como a inclusão de opção maior para piso baixo - mínimo de 10 metros e relata que a NBR 15.570 não está sendo atendida no piso baixo no que se refere a ângulo da rampa de acesso e suspensão a ar (deve ser aplicada na dianteira e traseira e não somente em uma das suspensões). Ressalta-se que as apresentações de todos os protótipos encontram-se integralmente disponíveis no Portal de Compras do FNDE, no endereço citado acima. Após apresentação dos protótipos, Coordenador Geral de Manutenção Escolar, José Maria, sinalizou que as especificações e as formas de manuseio propostas para as rampas ainda não atenderiam às necessidades de usabilidade e autonomia dos cadeirantes, razão pela qual

solicitou adequações aos fabricantes. Ele enfatizou que os *layouts* e padrões definitivos dos veículos serão apresentados posteriormente, levando em consideração as sugestões técnicas a serem encaminhadas pelos fabricantes. Antes do encerramento da audiência, a Coordenadora Geral de Mercado, Qualidade e Compras, Aloma Marques Taveira informou o interesse do FNDE em conhecer o trabalho realizado pela indústria sobre a sustentabilidade, sobre os processos adotados pelo mercado sobre esse tema. Ressaltou que o FNDE como instituição tem adotado medidas de sustentabilidade em suas ações, alcançando resultados positivos que contribuem para o bem estar comum e do planeta. Informou aos representantes presentes que receberiam um questionário, por e-mail, com o máximo de 41 perguntas sobre sustentabilidade, uma vez que o FNDE já está trabalhando de maneira sustentável nos pregões eletrônicos realizados pelo FNDE, necessitando obter informações sobre os recursos adotados pelas indústrias sobre esse tema. Por fim, a senhora Leilane Mendes Barradas agradeceu mais uma vez a presença de todos, reiterando que as contribuições deveriam ser enviadas até o dia 11 de dezembro de 2014, referente ao ônibus urbano escolar acessível, e até o dia 28/12/2014 ao ônibus rural escolar. A audiência foi encerrada às 12h.